Fernando Ulrich defende um 'Plano Merkel' para os países do Sul da Europa (C/ÁUDIO E VÍDEO)

Lisboa, Portugal 30/10/2012 12:54 (LUSA)

Lisboa, 30 out (Lusa) - O presidente executivo do BPI, Fernando Ulrich, defendeu hoje que Portugal deveria sugerir à chanceler alemã, que visita o país a 12 de novembro, um "plano Merkel" para os países do Sul da Europa.

Fernando Ulrich, que falava no III Fórum de Fiscalidade 'Orçamento do Estado 2013, disse que Portugal precisa de apresentar um plano de longo prazo para o país e que, "provavelmente para ter êxito, vai precisar que um dia exista um 'Plano Merkel' na Europa, tal como houve um Plano Marshall".

O banqueiro defendeu mesmo que os dos "desígnios políticos" a sugerir à chanceler alemã Angela Merkel seria, "quando vier a Lisboa, ser a promotora de um 'Plano Merkel' para o Sul da Europa".

O presidente executivo do BPI, na sua intervenção na conferência organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Diário Económico, afirmou que Portugal "tem feito um enorme caminho de recuperação de credibilidade" e que há que aproveitar essa credibilidade "para apresentar uma base de negociação para o futuro [com a Europa], mas não um programa de assistência social, não um programa para que os alemães paguem as prestações sociais dos portugueses, isso eles nunca farão".

Já à margem da conferência, Fernando Ulrich referiu aos jornalistas que os portugueses devem pensar "no que deve ser o país no médio e longo prazo", definindo "uma agenda" e trabalhado em concertação, "envolvendo a oposição e os agentes da economia".

Elogiando o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho pela iniciativa de negociar com o Partido Socialista o tema das funções e dimensão do Estado, o banqueiro frisou ser "uma matéria crucial", mas insuficiente por faltar uma agenda para o crescimento.

"O que falta é um programa para lá de 2014", sublinhou, adiantando que Portugal tem de ter um programa de médio e longo prazo, "até 2020 ou 2025, e mobilizar o país para isso".

Segundo o banqueiro, Portugal não vai conseguir resolver o problema da dívida pública e do desemprego "se a economia não crescer e isso precisa tempo e um esforço concertado e organizado. Não vai ser só por geração espontânea".

AJG/VP// VC.

Lusa/Fim